



14/11/2014 - Teletime

Governo economiza R\$ 30,4 milhões com compra conjunta de telefonia móvel

O governo federal economizou R\$ 30,4 milhões ao realizar a contratação compartilhada de serviços de telefonia móvel. Conduzido pela Central de Compras do governo federal e com apoio técnico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), a aquisição teve a participação de 78 órgãos e entidades da administração pública federal. A homologação do pregão eletrônico foi publicada na sexta-feira, 7, no Diário Oficial da União (DOU), e o valor final da aquisição ficou em R\$ 31 milhões.

O fornecimento da telefonia móvel envolve também ligações de longa distância, uso da tecnologia 4G através de modems, smartphones e tablets de última geração. Os serviços poderão ser contratados para as seguintes áreas: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

"Além da redução dos gastos públicos, a Central promove também economias processuais, ganhos de eficiência e qualidade, racionalização e otimização dos seus processos de aquisições e contratações.", afirma Lucas Palomero, diretor da Central de Compras.

A ata de registro de preços desta aquisição compartilhada tem validade de um ano. Este é o prazo para a adesão de outros órgãos públicos. Já os contratos terão validade de um ano, podendo ser renovados por até sessenta meses, de acordo com a legislação brasileira.

NCTI

A secretária de Logística e Tecnologia da Informação, Loreni Foresti, explica que toda a parte técnica da contratação dos serviços de telefonia móvel foi realizada pelo Núcleo de Contratações de Tecnologia da Informação, o NCTI. Este núcleo integra o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, o Sisp, que é gerenciado pela SLTI e conta com a participação de mais de duzentos órgãos e entidades públicas.

No que se refere a produtos de TI, as compras compartilhadas se firmaram em 2008. Desde a sua implantação, a economia gerada pela aquisição desses serviços e produtos aos cofres públicos é superior a R\$ 160 milhões.

14/11/2014 - Teletime

Telebras não conseguiu publicar resultados trimestrais em 2014

A Telebras divulgou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta sexta, 14, um comunicado ao mercado informando que ainda não publicou as demonstrações financeiras dos três trimestres do ano até então. "Apesar de ter envidado – e continuar envidando – os melhores recursos e esforços que estão ao seu alcance, a Companhia ainda não logrou êxito em publicar as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao 1º e 2º trimestre, como as do 3º trimestre", informou a empresa.

Ela garante que está em estágio adiantado de conclusão de implantação de sistema integrado de gestão empresarial, o Systems, Applications & Products (SAP). O comunicado afirma que isso permitirá não apenas

a geração dos relatórios, mas também a auditoria e a entrega, além de ter os registros contábeis "elevados" a "outro patamar de segurança e confiabilidade".

Apesar de não ter divulgado os números, a Telebras assegura que "o faturamento e as receitas continuam crescentes, que a liquidação das despesas correntes continuam (sic) a ocorrer na mais absoluta normalidade, assim como o pagamento dos fornecedores, e que todos os empreendimentos da Companhia continuam a pautarem-se pelo seu planejamento estratégico". A empresa encerra a nota afirmando que continua a trabalhar para que todas as demonstrações de 2014 sejam publicadas ainda neste ano.



14/11/2014 - Rede Brasil Atual

Estados mais pobres aumentam participação no PIB nacional em dez anos

Pesquisa divulgada pelo IBGE revela que os 22 estados com menor participação na produção de bens e riquezas do país tiveram crescimento global de 3,1 pontos percentuais, atingindo 35,1% do PIB. São Paulo decresce

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou hoje (14) a pesquisa Contas Regionais do Brasil - 2012. O trabalho aponta que, entre 2002 e 2012, os 22 estados com menor participação na produção de bens e riquezas do país tiveram crescimento global de 3,1 pontos percentuais, atingindo 35,1% do PIB (Produto Interno Bruto).

São Paulo, que responde por 32,1% da economia, perdeu 2,5 pontos percentuais na participação do PIB. Os restantes 32,8%, que correspondem ao PIB somado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, reduziram sua participação relativa na economia em 0,5 ponto percentual.

Dez anos antes, os 22 estados mais pobres respondiam por 32%, contra 33,4% do grupo intermediário e 34,6% de São Paulo.

O PIB paulista foi superado pelo grupo em 2008, quando sua participação era 33,1%, e a dos 22 somados, 33,8%. Segundo o gerente da Coordenação de Contas Nacionais, Frederico Cunha, pesa para a inversão o fato de a indústria ter tido em 2012 o menor peso relativo na economia da série histórica, caindo de 27,1% em 2002 para 26% em 2012.

"São Paulo concentra 40% da indústria, e ainda perde um ponto percentual na participação. Com a queda da indústria e a queda da participação de São Paulo na indústria, isso acaba afetando a economia", disse.

Nos 10 anos estudados, Minas Gerais foi o único

dos cinco estados mais ricos a aumentar sua participação no PIB: cresceu 0,5 ponto percentual. O estado continua na terceira posição, com 9,2% do PIB brasileiro, contra 11,5% do Rio de Janeiro. Rio Grande do Sul e Paraná continuam na quarta e quinta posição, com 6,3% e 5,8%.

Entre os 22 com menor PIB, somente a Bahia perdeu participação. O estado caiu da quinta para a oitava posição depois de perder 0,3 ponto percentual e chegar a 3,8% do Produto Interno Bruto. Frederico explica que o estado concentra grande parte da indústria química e de refino, que sofreu com a alta nos preços das commodities. Estas beneficiaram Rio de Janeiro e Minas Gerais. Santa Catarina passou a ser a sexta economia brasileira, com ganho de 0,3 ponto percentual que lhe garantiu uma fatia de 4%. O Distrito Federal se manteve na sétima posição, com aumento de 0,1 ponto percentual para 3,9%.

O estado que mais ampliou sua participação foi o Espírito Santo, aumentando seu peso na economia nacional em 0,6 ponto percentual. O PIB capixaba passou a representar 2,4% do total, o que o fez subir da 12ª posição para a 11ª.

Os cinco estados com menor participação mantiveram a mesma ordem na passagem de 2002 para 2012: Piauí (0,6%) e Tocantins (0,4%) - com alta de 0,1 ponto percentual - e Amapá (0,2%), Acre (0,2%) e Roraima (0,2%), sem variação em relação ao PIB brasileiro.



17/11/2014 - CUT

Lojas Americanas são condenadas em R\$ 3 milhões

Rede foi processada por problemas ligados ao meio ambiente de trabalho

O Ministério Público do Trabalho (MPT) conseguiu na Justiça a condenação das Lojas Americanas em R\$ 3 milhões por descumprir normas de saúde e segurança do trabalho. A rede varejista também terá de cumprir uma série de itens que garantam um meio ambiente sadio para os funcionários da loja no município. A sentença é da juíza Eloína Maria Barbosa Machado, titular da 2ª Vara do Trabalho de Itabuna. A indenização por danos morais coletivos deverá ser revertida para instituições sem fins lucrativos a serem indicadas pelo MPT.

Uma liminar concedida na mesma ação do MPT em novembro de 2013 já decidira que a empresa adotasse 12 determinações num prazo de 90 dias, como oferecer água potável e condições básicas de higiene aos funcionários e fazer análise completa da ergonomia do ambiente de trabalho e providenciar adequação. Outras medidas previstas eram as pausas para descanso, garantia de treinamento adequado para os funcionários que movimentam cargas, além de organizar o depósito e corrigir falhas na rede elétrica e nos acessos a áreas de trabalho.

Mesmo assim, a empresa manteve as mesmas práticas. "É mais um importante precedente aqui da Bahia, fruto de um trabalho coletivo de todos os procuradores que ajudaram na instrução do inquérito, dos detalhes dos técnicos do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), dos auditores fiscais aqui da região e da sensibilidade do Poder Judiciário", avaliou o procurador Ilan Fonseca, autor da ação.

Fonseca lembra que o MPT tem inúmeros inquéritos correndo contra as Americanas sobre este mesmo tema em outros estados. Segundo ele, a falta de comprometimento da empresa com a saúde e a integridade física de seus funcionários nas lojas de Itabuna ficou clara durante o processo. "A realidade apontada já era presente em 2005 e permaneceu inalterada durante todo esse período, apesar das inúmeras ações de fiscalização, do inquérito aberto em 2010 pelo MPT e da ação civil pública ajuizada em 2013."

Dano moral coletivo

A juíza Eloína Machado justificou o valor arbitrado como indenização à sociedade pelo longo tempo em que a empresa mantém as práticas ilegais. Ela lista as razões para fixar em R\$ 3 milhões a indenização: "A extensão do dano por longos anos, a pertinaz resistência no cumprimento das normas trabalhistas, o potencial econômico da ré, o efeito pedagógico." Na sentença, a juíza ainda diz que de 2005 até hoje não houve melhoria no ambiente de trabalho, nem mesmo a imposição judicial para que a empresa cumprisse as normas trabalhistas teve o efeito esperado.

A sentença foi proferida no dia 8 de novembro. O MPT, no entanto, espera que, mesmo que a empresa resolva recorrer da decisão, serão adotados imediatamente os procedimentos determinados pela Justiça para garantir um ambiente de trabalho sadio e livre de riscos para a integridade física e a saúde de seus funcionários.



16/11/2014 - Portal Vermelho

Dilma: Não podemos achar que a economia não inclui aspectos sociais

O desemprego, a baixa demanda e a falta de acesso à educação e à energia são fatores que prejudicam o desenvolvimento econômico mundial. Portanto, ao se trabalhar contra esses problemas em escala planetária, trabalha-se a favor da superação da crise financeira mundial. De acordo com a presidenta Dilma Rousseff, ao chegar a essas conclusões, os representantes do G20 deram um tom diferenciado ao atual encontro, na reunião de cúpula que terminou neste domingo (16) na Austrália.

O desemprego, a baixa demanda e a falta de acesso à educação e à energia são fatores que prejudicam o desenvolvimento econômico mundial. Portanto, ao se trabalhar contra esses problemas em escala planetária, trabalha-se a favor da superação da crise financeira mundial. De acordo com a presidenta Dilma Rousseff, ao chegar a essas conclusões, os representantes do G20 deram um tom diferenciado ao atual encontro, na reunião de cúpula que terminou neste domingo (16) na Austrália.

“Esta reunião do G20 teve uma característica que foi diferenciada, que foi o fato de uma preocupação grande com os processos de universalização [do acesso à educação e à energia]”, disse a presidenta brasileira, durante entrevista à imprensa concedida após sua participação na plenária do encontro. Dilma destacou que, do ponto de vista da economia, tais investimentos representam grande vantagem. “Nós definimos a necessidade de acesso universal à energia a custos acessíveis”, disse. “Um outro fato é que nós definimos a importância também do G20 tratar da educação como sendo não apenas uma questão social, mas uma questão econômica fundamental, principalmente como forma de inclusão social, mas também como forma de difusão do progresso em toda a sociedade”, acrescentou.

Dilma ressaltou algumas semelhanças entre as conclusões do grupo e as políticas públicas praticadas no Brasil. “Nós não podemos achar que economia não tem esse componente social. Uma das coisas que o Brasil aprendeu é que economia também precisa de uma certa difusão não só, por exemplo, da universalização da luz, da água e de vários outros serviços, mas também da universalização da educação e da educação de qualidade. Isso é um aprendizado que tivemos no nosso próprio país”.

De acordo com a presidenta, no que se refere ao acesso à energia elétrica o Brasil está em uma situação “bastante razoável”, uma vez que o país tem mais de 99% da população atendida. Outra conclusão que, segundo ela, ficou “mais clara dentro do G20”, foi a necessidade de atuações visando ao aumento da demanda na economia - estratégia que o Brasil já vem adotando internamente, ajudando-o a lidar com os reflexos da crise internacional no mercado interno.

A tendência, acenou Dilma, é que isso continue durante o próximo mandato. Perguntada sobre quais cortes estariam sendo estudados pelo governo brasileiro visando à retomada do crescimento, a presidenta disse que nem todos ajustes são feitos pelo lado de cortar a demanda. “Não se pode achar que com restrições a economia se recupera. Você tem de selecionar aquilo que pode dar maior nível de investimento e, portanto, maior capacidade de recuperação”. “Não defendemos que a melhor política seja a restrição da demanda como forma de sair da crise. Não é. E isso está provado na própria União Europeia”, acrescentou ao defender a redução de despesas consideradas “não legítimas” ou excessivas.

“Você tem no Brasil um conjunto de gastos e de despesas que não levam, necessariamente, à ampliação do investimento, nem à ampliação do consumo. Essas despesas que não levam à ampliação do investimento e do consumo são aquelas que nós consideramos que podem ser cortadas”, acrescentou.

Segundo ela, durante a reunião do G20 as autoridades chegaram à conclusão de que houve frustração do crescimento econômico, após as expectativas manifestadas no início do ano, de um crescimento mais robusto.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

“Esse crescimento não se verificou da forma como a gente esperava, tanto na Europa, como no resto do mundo”, ressaltou. “Uma série de problemas decorrentes do baixo crescimento apareceu e, basicamente, o que se verifica é que o emprego continua sendo um dos principais problemas, tanto econômicos como sociais, em todas as economias desenvolvidas da Europa e, também, em outros países”, acrescentou. O Brasil, lembrou a presidenta, tem conseguido manter uma taxa elevada de emprego.

Outra questão que foi também muito discutida pelo grupo foi a necessidade de uma reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de dar

nova correlação de forças na entidade, e de dar mais peso aos países em desenvolvimento. Dilma lembrou que essa reforma, que seria basicamente de cotas, havia sido decidida e teria de ser cumprida até 2010.

O que tem acontecido, disse, “são tempos diferentes de recuperação”, entre países desenvolvidos e emergentes. “Todos os países emergentes tiveram uma situação melhor durante anos e resistiram à crise. Até que ela atingiu, de uma forma ou de outra, todos nós [emergentes] também. A China, por uma redução muito significativa do crescimento. Brasil, Rússia e África do Sul, idem. A Índia, tendo um ano pior e outro melhor”.

17/11/2014 - Brasil 247

Economia interrompe queda e cresce 0,59% no 3º tri

Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de prévia do PIB, acelerou o ritmo de crescimento em setembro para fechar o terceiro trimestre no azul; só em setembro, o indicador subiu 0,40% sobre agosto, quando havia subido 0,20% sobre o mês anterior; resultado veio acima do esperado por analistas; no último resultado, divulgado pelo Banco Central no final de agosto, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia negado recessão técnica no País; presidente Dilma previu que haveria “grande recuperação”

A economia brasileira acelerou o ritmo de crescimento em setembro para fechar o terceiro trimestre no azul, mostrou o Banco Central nesta segunda-feira, numa indicação de que o país deve ter saído da recessão técnica.

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), avançou 0,59 por cento entre julho e setembro sobre o segundo trimestre, quando houve queda de 0,79 por cento sobre janeiro-março.

Só em setembro, o indicador subiu 0,40 por cento sobre agosto, quando havia subido 0,20 por cento sobre o mês anterior. O resultado de setembro veio acima do esperado pelo economistas consultados pela Reuters, cuja mediana apontava para alta de 0,14 por cento.

No primeiro semestre deste ano, a economia brasileira entrou em recessão, levando os agentes econômicos a piorarem suas projeções. Pesquisa Focus do BC mostrou que, pela mediana das contas, o PIB crescerá 0,21

por cento neste ano, muito aquém da expansão de 2,5 por cento de 2013.

O cenário de fraco crescimento vem junto com o de inflação elevada, que levou o BC a iniciar um novo ciclo de aperto monetário no final do mês passado.

O IBC-Br também mostra estagnação no acumulado do ano até setembro, com ligeira alta de 0,01 por cento, sendo que em 12 meses, tem alta de 0,60 por cento.

Apesar dos melhores números trazidos pelo indicador, a economia brasileira não consegue mostrar sinais mais consistentes de aceleração.

Em setembro, a produção industrial interrompeu dois meses seguidos de alta, ao mesmo tempo em que o varejo desacelerava a expansão.

O IBC-Br incorpora estimativas para a produção nos três setores básicos da economia: serviços, indústria e agropecuária, assim como os impostos sobre os produtos.



15/11/2014 - Portal Vermelho

Produção de novos medicamentos resultará em economia de R\$ 4 bilhões

O Brasil passará a produzir medicamentos de última geração para o tratamento de doenças reumáticas e tuberculose. A transferência de tecnologia será feita por meio de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs), política do governo federal voltada à produção de tecnologias inovadoras e estratégicas para a rede pública de saúde, e prevê investimentos de mais de R\$ 213 milhões no primeiro ano.

Atualmente há 104 parcerias em curso para produzir 97 insumos de saúde, com financiamento previsto em R\$ 13 bilhões. Este valor pode chegar à ordem de R\$ 20 bilhões em um período de quatro anos. Após a internacionalização de todas as tecnologias, está prevista economia R\$ 4,1 bilhões por ano em compras públicas.

Os dois novos acordos, anunciados pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, nesta quarta-feira (12), já cumprem regras do novo marco regulatório das PDPs. As normas foram apresentadas pela primeira vez na abertura do evento Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, que reúne em Brasília cerca de 800 pesquisadores, representantes do setor produtivo e gestores de saúde. Por meio delas ficam estabelecidas as responsabilidades e compromissos por parte das empresas envolvidas, bem como prazos para apresentação, acompanhamento e execução das propostas, dando maior segurança jurídica e econômica.

“A compra pública permite não só diminuir o preço dos medicamentos, mas permite, acima de tudo, negociar a internacionalização da tecnologia. As PDPs garantem maior acesso aos usuários do tra-

tamento, promove maior economia para o sistema e permite o desenvolvimento tecnológico dos laboratórios públicos. Estamos falando de autonomia, desenvolvimento, inovação e valorização do nosso complexo industrial”, declarou o ministro.

Um dos medicamentos que será produzido é o Infiximabe, produto biotecnológico que permite ao país avançar no desenvolvimento das mais modernas tecnologias em saúde. O Infiximabe é indicado para o tratamento de um conjunto de doenças reumáticas e autoimunes, como artrite reumatoide e doença de Crohn. Atualmente, cerca de seis mil pessoas fazem uso deste medicamento, que é de alto custo.

Para a produção do Infiximabe, a PDP, no valor de R\$ 206 milhões, será firmada entre os laboratórios públicos – Biomanguinhos e IVB – e os privados – Bionovis e Janseng-Cilag. Com o contrato, a estimativa do Ministério da Saúde é de uma economia de R\$ 10 milhões ao ano com a compra do medicamento.

O segundo acordo firmado se refere a um fármaco inovador desenvolvido pela Farmanguinhos, em parceria com a empresa indiana Lupin, que associa um único medicamento quatro princípios ativos no tratamento da tuberculose, o que favorece a maior adesão ao tratamento por parte dos pacientes. A combinação também evita o aumento da multirresistência da doença e possibilita maior conforto ao paciente, devido à redução do número de comprimidos a serem ingeridos por dia. Atualmente o medicamento é disponibilizado à população a partir da importação deste produto pela OPAS/OMS.